

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho Fiscal da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.
2. O Conselho Fiscal apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada.
3. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas.

Franca, 09 de fevereiro de 2018.



JOÃO BATISTA LIMA
Conselho Fiscal



LÍRIO FÁBIO DA SILVA
Conselho Fiscal



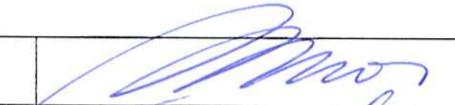
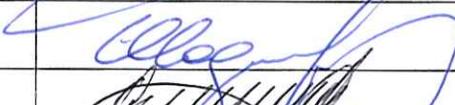
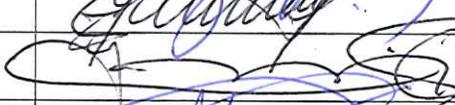
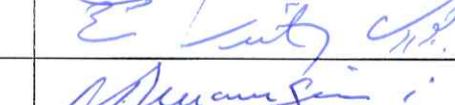
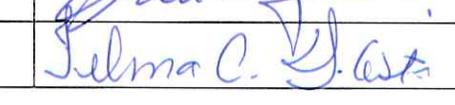
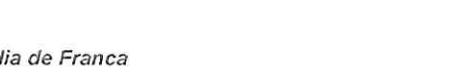
MILTON DE PAULA MARTINS
Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho de Administração da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.
2. O Conselho de Administração apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada.
3. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho de Administração é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho de Administração é de parecer que:

Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas.

Franca, 14 de fevereiro de 2018.

Luis Aurélio Prior	
Wagner César Ferreira	
Agenor Gado	
Carlos Frederico Mantovani de Albuquerque	
Afonso Borges Peixoto	
Alfredo Militão Rodrigues	
José Carlos Pinheiro	
Maurício Alexandre Penna Said	
Mauro Marangoni	
Telma Cecília Diniz Costa	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 – item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016 apresentadas para comparação foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem ressalva em 27 de janeiro de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

**Balancos Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição	3	208.182	297.058
Caixa e equivalentes – com restrição	3.1	2.302.567	63.188
Aplicações financeiras – sem restrição	4	7.214.732	4.336.987
Aplicações financeiras – com restrição	4.1	6.971.585	5.604.431
Contas a receber	5	12.015.518	7.699.833
Estoques	6	2.159.899	3.816.751
Adiantamentos		695.636	632.300
Despesas antecipadas		15.785	30.649
Outros ativos circulantes		6.050	18.525
Total ativo circulante		31.589.954	22.499.722
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais	7	486.012	2.974.604
Investimento	8	43.355	1.600.403
Imobilizado líquido – sem restrição	9	50.585.650	64.228.340
Imobilizado líquido – com restrição	9.1	14.953.247	-
Intangível – sem restrição	10	731.233	-
Intangível – com restrição	10.1	244.356	-
Termo de permissão de uso		-	30.944
Total ativo não circulante		67.043.853	68.834.291
TOTAL DO ATIVO		98.633.807	91.334.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.






FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Balancos Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.210.253	3.296.076
Obrigações trabalhistas e sociais	11	3.435.212	2.974.030
Obrigações tributárias	12	516.624	484.781
Empréstimos e financiamentos	13	7.456.406	6.299.957
Parcelamentos	14	255.419	316.157
Provisão de férias e encargos		4.627.419	4.296.588
Subvenções a realizar	15 e 21	3.625.792	-
Doações a realizar		337.158	-
Provisão honorários médicos	16	3.701.644	3.480.868
Outros passivos circulantes		770.255	1.046.591
Total passivo circulante		28.936.182	22.195.048
NÃO CIRCULANTE			
Acordo de fornecedores		177.853	-
Empréstimos e financiamentos	13	22.765.228	31.436.232
Parcelamentos	14	2.808.587	5.233.406
Subvenções a realizar	15 e 21	12.555.947	8.447.758
Doações a realizar		45.274	-
Partes relacionadas	17	5.158	1.168.235
Contingências a pagar	18	14.953.179	11.658.553
Gestão Imobilizado Publico		766.272	-
Termo de permissão de uso		-	30.944
Total passivo não circulante		54.077.498	57.975.128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		15.620.127	11.163.837
Total do patrimônio líquido		15.620.127	11.163.837
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		98.633.807	91.334.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Demonstrações do Resultado Consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	Nota	2017	2016
RECEITAS			
Receita de convênio – SUS		67.122.908	65.139.640
Receita demais convênios		12.600.032	11.673.073
Receita de particulares		825.484	790.027
Doações e subvenções	20	49.089.873	47.412.179
Receita de contrato gestão	23	19.840.368	17.842.452
Reversão de contingências	22	792.059	-
Total das receitas		150.270.724	142.857.371
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(112.680)	(62.234)
Receita operacional líquida		150.158.044	142.795.137
Custos dos serviços assistenciais prestados		(124.984.613)	(115.632.234)
Superávit Bruto		25.173.431	27.162.903
DESPESAS			
Salários e encargos		(8.473.543)	(7.458.677)
Administrativas e gerais		(7.019.360)	(5.879.504)
Resultado com equivalência patrimonial		(1.546.409)	(56.145)
Reversão/(constituição) de PCLD		(134.330)	(90.792)
Contingências		(4.657.078)	(4.745.592)
Depreciação e amortização sem restrição		(3.929.110)	(4.047.721)
Tributárias		(363.225)	(162.972)
Total das despesas		(26.123.055)	(22.441.403)
Superávit (déficit) operacional		(949.624)	4.721.500
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Outras receitas/(despesas)	24	5.873.804	1.682.720
Total de outras receitas (despesas) operacionais		5.873.804	1.682.720
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		839.840	1.405.274
Despesa financeira		(5.149.129)	(6.150.242)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	25	(4.309.289)	(4.744.968)
Superávit/(déficit) do exercício		614.891	1.659.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

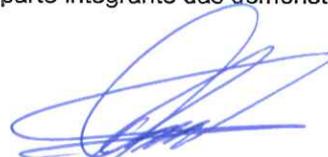


FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	<u>Fundo Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Doações Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit (Déficit) Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.558.386	-	-	33.469.434	(32.376.983)	7.650.837
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.012.605)	1.012.605	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	1.853.748	1.853.748
Superávit do exercício	-	-	-	-	1.659.252	1.659.252
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.558.386	-	-	32.456.829	(27.851.378)	11.163.837
Transferência para Fundo Social	(34.717.068)	-	6.865.690	-	27.851.378	-
Realização da reserva de reavaliação	32.456.829	-	-	(32.456.829)	-	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 26)	-	-	-	-	3.841.399	3.841.399
Superávit do exercício	-	-	-	-	614.891	614.891
Transferência para Fundo Social	3.841.399	-	-	-	(3.841.399)	-
Transferência para Fundo Social	671.287	(56.396)	-	-	(614.891)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.810.833	(56.396)	6.865.690	-	-	15.620.127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



José Cândido Chimionato



FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	614.891	1.659.252
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	3.685.214	3.752.736
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado e intangível	1.777.547	344.787
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo investimento	1.557.048	-
Ajuste de exercício anteriores	3.841.399	1.853.748
Contingências	3.294.626	4.745.592
Reversões/(perdas) estimadas em créditos liquidação duvidosa	-	90.792
Resultado de equivalência patrimonial	-	56.145
Redução (aumento) do ativo		
Contas a receber – líquido de provisão	(4.315.685)	(258.028)
Estoques	1.656.852	(2.138.461)
Depósitos Judiciais	2.488.592	(377.394)
Outros ativos	(5.054)	(23.347)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	914.177	(3.332.923)
Subvenções a realizar	7.733.981	(1.081.054)
Obrigações trabalhistas e sociais	493.025	
Provisão de férias	330.831	542.956
Outros passivos	(3.174.854)	6.150.134
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	20.892.590	11.984.935
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(6.982.635)	(4.480.835)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(6.982.635)	(4.480.835)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.514.555)	(11.858.120)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(7.514.555)	(11.858.120)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	6.395.400	(4.354.020)
Caixa e equivalentes no início do período	10.301.666	14.655.686
Caixa e equivalentes no fim do período	16.697.066	10.301.666
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	6.395.400	(4.354.020)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA tem como Missão “Prestar assistência à saúde com excelência e responsabilidade social, orientada para o desenvolvimento científico através do ensino e da pesquisa”.

É um complexo hospitalar de 120 anos, fundada em 1897, que tem o compromisso de atender essencialmente a população usuária do SUS – Sistema Único de Saúde, e em 30 de maio de 2014, certificada como Hospital de Ensino.

Atende por ano em média 485.835 pacientes SUS, sendo que destes 18.011 são internações. É o único hospital de referência terciária para o SUS para a região DRS VIII Franca/SP, que é composto por 22 municípios, incluindo Franca, o representa uma população de aproximadamente 700 mil habitantes, estando assim subdivididos:

- Colegiado Alta Mogiana: Ituverava, Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Miguelópolis;
- Colegiado Alta Anhanguera: São Joaquim da Barra, Orlandia, Nuporanga, Morro Agudo, Ipuã e Sales de Oliveira;
- Colegiado Três Colinas: Franca, Pedregulho, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Rifaina, Restinga, Cristais Paulista, Ribeirão Corrente, Jequara e São José da Bela Vista.

A Santa Casa é um Hospital Geral de natureza filantrópica e de Ensino, com uma taxa de ocupação hospitalar SUS de 95%, mantenedora de um Complexo Hospitalar que compreende Hospital Geral, Unidade Cardiológica, Oncologia e Reabilitação Física, está conveniada com a Secretaria Estadual de Saúde, visando à prestação de assistência em saúde, na área hospitalar com internações e atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade com capacidade instalada é de 289 leitos existentes, disponibilizando para o SUS 231.

Em 2017 houve aporte de subvenções municipais e repasses do incremento teto MAC, o qual possibilitou o equilíbrio financeiro e manutenção a atividade assistencial esses recursos subsidiaram 37% dos procedimentos realizados acima do contrato do SUS.

O ano de 2017 foi de grandes desafios e trabalho intenso, no intuito de manter o equilíbrio econômico e financeira, destaca-se o resultado positivo da instituição apesar do contingenciamento nos repasses dos convênios com o Estado em 5%, a busca por uma gestão qualificada ocorreu a realização da revisão planejamento estratégico no mês de setembro com desmembramento em varias ações melhoria na gestão, processos e em busca de novos negócios para os próximos anos.

A Instituição aplica a metodologia Lean Healthcare - que visa a revisão e melhoria contínua em todos os processos que envolvem uma estrutura - vem sendo desenvolvida no Complexo Hospitalar de Franca, por meio de eventos Kaizen desde setembro de 2014, foram realizados 23 eventos Kaizens

A filosofia Kaizen é originária do Japão e significa “mudança para melhor” – visando a melhoria contínua em todos os processos e estruturas de uma organização, independente de sua linha de atuação. Na área da saúde, a Santa Casa de Franca implantou esta filosofia de forma praticamente pioneira, uma vez que apenas alguns hospitais no Brasil já deram início a este trabalho.

Em quase três anos o Complexo Hospitalar de Franca (Santa Casa, Hospital do Coração e Hospital do Câncer) tem obtido excelentes resultados, pois, a melhoria nos processos e na adequação dos ambientes resultou em economia e melhor uso de recursos, foco em novos investimentos, otimização de tempo e dinamização no atendimento ao público usuário das unidades hospitalares.

Em 2017 foi realizado novo contrato de gestão com o Secretária do Estado de Saude de São Paulo para administração do AME de Taquaritinga fortalecendo a rede de atendimento à saúde no Estado de São Paulo, somando assim dois Ambulatórios Médicos sobre a gestão da OSS Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).





Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. O prazo médio de pagamento das contas a pagar de fornecedores é 78 dias.



Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

g) Gratuidades em Saúde

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14.

h) Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

l) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. CAIXA EQUIVALENTES - SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Caixa	19.354	27.430
Bancos Conta Movimento	188.828	269.628
Total	208.012	297.058

3.1. CAIXA EQUIVALENTES - COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Bancos Conta Movimento	2.302.567	63.188
Total	2.302.567	63.188



4. APLICAÇÃO FINANCEIRA - SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Aplicação Financeira - Fundos de Investimentos	5.123.279	1.044.621
Aplicação Financeira - CDB	2.091.453	3.292.366
Total	7.214.732	4.336.987

4.1. APLICAÇÃO FINANCEIRA - COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Aplicação Financeira - Fundos de Investimentos	385.449	746.142
Aplicação Financeira - CDB	6.586.136	4.858.289
Total	6.971.585	5.604.431

5. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Convênios - SUS	5.757.867	5.907.135
Convênios a Receber	1.432.607	2.032.026
Valores a Receber Pró Santa Casa (1)	614.250	-
Valores a Receber Sustentáveis (2)	3.369.568	-
Outras contas a Receber	1.227.421	759.551
(-) PECLD	(386.195)	(998.879)
Total	12.015.518	7.699.833

(1) Valores a receber Programa Pro Santa Casa convenio firmado entre a Secretária do Estado de Saúde e Fundação Santa Casa de Franca, ocorreu retenção 5% nas parcelas mensais totalizando R\$ 122.850 e não foi realizado o repasse duas parcelas no valor total de R\$ 491.400.

(2) Valores a receber Programa Santa Casa Sustentáveis (Estruturante) convenio firmado entre a Secretária do Estado de Saúde e Fundação Santa Casa de Franca, ocorreu retenção 5% nas parcelas mensais totalizando R\$ 1.195.653 e não foi realizado o repasse uma parcela no valor total de R\$ 2.173.915.



6. ESTOQUES

	2017	2016
Materiais Médico Hospitalar	908.266	1.516.844
Medicamentos	867.664	1.835.456
Outros	383.969	464.451
Total	2.159.899	3.816.751

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2017	2016
Depósitos Trabalhistas	272.097	992.542
Ação Civil Pública	12.848	12.848
Depósitos Judiciais - PIS	201.067	1.969.214
Total	486.012	2.974.604

8. INVESTIMENTOS

	2017	2016
Santamed	-	1.560.894
Cred-Acif	42.904	39.074
Credimed	451	435
Total	43.355	1.600.403

Através de distrato do contrato social ato devidamente registrado a instituição baixou o valor de R\$1.560.894 na empresa Santamed Serviços Médicos e Hospitalares impactando no resultado.

9. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo			Transf. R\$	Saldo
		31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$		31.12.2017 R\$
Custo						
Terrenos	-	21.817.747	-	-	-	21.817.747
Edificações	4	33.090.769	22.600	-	393.101	33.506.470
Equipamentos hospitalares	10	28.570.004	3.501.269	(749.188)	(14.656.341)	16.665.744
Máquinas e equipamentos	10	2.750.654	230.931	(89.662)	(534.410)	2.357.513
Móveis e utensílios	10	3.961.510	573.176	(351.495)	(1.206.327)	2.976.864
Eq. de informática e softwares	20	3.198.825	567.794	(1.647.166)	(910.765)	1.208.688
Veículos	20	452.568	30.944	(65.943)	(150.211)	267.358
Instrumentos médicos	10	1.414.347	67.294	(10.805)	(351.265)	1.119.571
Outros imobilizados	-	17.497	-	(872)	-	16.625
Imobilizado em andamento	-	183.218	515.428	-	(684.096)	14.550
Total		95.457.139	5.509.436	(2.915.131)	(18.100.314)	79.951.130
Depreciação Acumulada						
Edificações	-	(9.952.751)	(1.358.856)	-	16.669	(11.294.938)
Equipamentos hospitalares	-	(15.249.671)	(1.627.283)	700.015	3.340.621	(12.836.318)
Máquinas e equipamentos	-	(1.595.195)	(123.281)	79.473	36.532	(1.602.471)
Móveis e utensílios	-	(2.005.788)	(136.312)	334.491	134.443	(1.673.166)
Eq. de informática e softwares	-	(1.290.142)	(75.388)	495.810	13.014	(856.706)
Veículos	-	(263.470)	(36.269)	35.464	26.564	(237.711)
Instrumentos médicos	-	(861.752)	(44.670)	9.485	43.962	(852.975)
Outros imobilizados	-	(10.030)	(1.740)	575	-	(11.195)
Total		(31.228.799)	(3.403.799)	1.655.313	3.611.805	(29.365.480)
Total		64.228.340	2.105.637	(1.259.818)	(14.488.509)	50.585.650

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo			Transf. R\$	Saldo
		31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$		31.12.2017 R\$
Custo						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	4	-	-	-	290.995	290.995
Equipamentos hospitalares	10	-	106.546	-	14.656.341	14.762.887
Máquinas e equipamentos	10	-	50.569	(825)	534.410	584.154
Móveis e utensílios	10	-	311.430	(6.171)	1.206.327	1.511.586
Eq. de informática e softwares	20	-	277.768	(254)	910.765	1.188.279
Veículos	20	-	-	-	150.211	150.211
Instrumentos médicos	10	-	13.555	-	351.265	364.820
Outros imobilizados	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-
Total		-	759.868	(7.250)	18.100.314	18.852.932
Depreciação Acumulada						
Edificações	-	-	(3.327)	-	(16.669)	(19.996)
Equipamentos hospitalares	-	-	(247.434)	-	(3.340.621)	(3.588.055)
Máquinas e equipamentos	-	-	(1.556)	-	(36.532)	(38.088)
Móveis e utensílios	-	-	(11.606)	1.971	(134.443)	(144.078)
Eq. de informática e softwares	-	-	(17.606)	-	(13.014)	(30.620)
Veículos	-	-	(7.510)	-	(26.564)	(34.074)
Instrumentos médicos	-	-	(812)	-	(43.962)	(44.774)
Outros imobilizados	-	-	-	-	-	-
Total		-	(289.851)	1.971	(3.611.805)	(3.899.685)
Total		-	470.017	(5.279)	14.488.509	14.953.247

10. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL - SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo
	Anual	31.12.2016				31.12.2017
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Marcas e patentes	20	-	-	-	-	-
Licença de uso de softwares		-	49.372	-	1.407.210	1.456.582
Gestão pública		-	-	-	-	-
Licença de uso de softwares (rest.)		-	-	-	-	-
Total		-	49.372	-	1.407.210	1.456.582
Amortização Acumulada						
Licença de uso de softwares		-	(22.564)	-	(702.785)	(725.349)
Gestão pública		-	-	-	-	-
Licença de uso de softwares (rest.)		-	-	-	-	-
Total		-	(22.564)	-	(702.785)	(725.349)
Total		-	26.808	-	704.425	731.233

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL - COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo
	Anual	31.12.2016				31.12.2017
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo						
Marcas e patentes	20	-	-	-	-	-
Licença de uso de softwares		-	7.916	-	236.440	244.356
Gestão pública		-	-	-	-	-
Licença de uso de softwares (rest.)		-	-	-	-	-
Total		-	7.916	-	236.440	244.356

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2017	2016
Salários a pagar	2.567.994	2.234.100
Rescisões a pagar	57.002	20.975
INSS a recolher	339.722	296.605
FGTS a recolher	459.992	407.133
Outros	10.502	15.217
Total	3.435.212	2.974.030

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
PIS/COFINS/CSLL retidos	152.039	147.337
IRRF – sobre folha	286.771	254.938
ISSQN	77.814	82.506
Total	516.624	484.781



Lidia Maria Alves Araujo

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Tipo	Venc.	Taxa Juros % a.m	2017		2016	
				Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Caixa Econômica Federa	Capital de Giro	10/12/2020	1,20	11.858.120	25.538.136	11.858.120	38.003.555
Encargos financeiros	Juros			(4.401.714)	(2.772.908)	(5.558.163)	(6.567.323)
Total				7.456.406	22.765.228	6.299.957	31.436.232

Trata-se de empréstimo contratado com a finalidade de equalização de dívidas e reforço de capital de giro da Fundação. Referido contrato foi parcelado em 84 parcelas fixas e mensais, com último vencimento final em 10/12/2020. Tem como garantia co-obrigatório de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS).

14. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	2017			2016		
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Parcelamento ISS	210.390	157.792	368.182	210.390	385.715	596.105
Parcelamento INSS C.P.	45.029	-	45.029	45.029	-	45.029
Parcelamento INSS	-	1.252.831	1.252.831	312.111	1.297.860	1.609.971
Parcelamento Simplificado	-	1.208.632	1.208.632	-	1.208.632	1.208.632
Parcelamento FGTS	-	189.332	189.332	-	397.818	397.818
Juros e Correções	-	-	-	(251.373)	-	(251.373)
PIS					1.943.381	1.943.381
Total	255.419	2.808.587	3.064.006	316.157	5.233.406	5.549.563

15. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA CUSTEIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados em receitas:

Descrição	2017			2016		
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Secretaria do Estado da Saúde do Estado de São	-	-	-	-	-	-
Invest. Municipal - CMDCA 2011	-	50.116	50.116	-	55.039	55.039
Investimento - Convênio 744852/10	-	79.978	79.978	-	81.678	81.678
Investimento - Convênio 748526-10	-	43.165	43.165	-	52.674	52.674
Investimento - Convênio 748531-10	-	35.971	35.971	-	42.454	42.454
Investimento - Convênio 750453-10	-	23.333	23.333	-	28.333	28.333
Investimento - Convênio 77.3304/2012	-	140.659	140.659	-	154.509	154.509
Investimento - Convênio 773310-12	-	15.832	15.832	-	18.822	18.822
Investimento - Convênio 773383-12	-	49.393	49.393	-	59.313	59.313

Descrição	2017			2016		
	Passivo Circulante	Passivo Circulante Não Circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo Circulante Não Circulante	Total
Investimento - Convênio 773651-12	-	62.011	62.011	-	74.257	74.257
Investimento - Convênio 773671/2012	-	43.988	43.988	-	49.764	49.764
Investimento - Convênio 773672/2012	-	312.410	312.410	-	357.556	357.556
Investimento - Convênio 775216-12	-	18.552	18.552	-	20.448	20.448
Investimento - Convênio 78.0605/2012	-	1.110.543	1.110.543	-	1.268.922	1.268.922
Investimento - Convênio 781447/12	-	58.223	58.223	-	68.203	68.203
Investimento - Convênio 781722/12	-	55.283	55.283	-	64.723	64.723
Investimento - Convênio 799205/13	-	70.317	70.317	-	81.514	81.514
Investimento - Convênio 800169/2013	-	811.447	811.447	-	893.553	893.553
Investimento - Portaria 3158-Time Mania	-	22.996	22.996	-	22.912	22.912
Investimento - TA 03-11	-	1.207.382	1.207.382	-	1.412.725	1.412.725
Investimento - TA 05-10	-	2.935	2.935	-	8.486	8.486
Investimento - TA 06-11	-	302.213	302.213	-	367.627	367.627
Investimento - TA 08-10	-	38.558	38.558	-	38.627	38.627
Investimento - TA 12-10	-	46.539	46.539	-	51.456	51.456
Investimento Federal - Convênio 728548-09	-	46.667	46.667	-	56.667	56.667
Investimento Federal - Convênio 744768/2010	-	19.268	19.268	-	22.517	22.517
Investimento Municipal - CMDCA 2012	-	101.050	101.050	-	125.037	125.037
Investimento Municipal - CMDCA 2013	-	47.763	47.763	-	57.637	57.637
Investimento Municipal - CMDCA 2015	-	399.051	399.051	-	452.389	452.389
Termo Aditivo 001/2014	-	166.819	166.819	-	183.869	183.869
Investimento - Convênio 775214/2012	-	97.488	97.488	-	103.568	103.568
Investimento - Convênio 799182/2013	-	149.880	149.880	-	200.000	200.000
Investimento - Convênio 810777/2014	-	371.414	371.414	-	350.000	350.000
Investimento - Convênio 814778/2014	-	72.666	72.666	-	80.156	80.156
Investimento - Convênio 807977/2014	-	169.737	169.737	-	189.875	189.875
Investimento Municipal - CMDCA 2016 (i)	-	158.894	158.894	-	177.726	177.726
Investimento PM Franca Lei 8398/2016 – Ambulância	-	141.580	141.580	-	150.000	150.000
Convênio 821831 Proposta 36610/2015 (i)	-	91.205	91.205	-	99.510	99.510
Convênio 821098 Proposta 36612/2015 (i)	-	114.433	114.433	-	145.837	145.837
Convênio 821096 Proposta 43101/2015 (i)	-	115.028	115.028	-	130.000	130.000
Convênio Federal 8260 826059/2015 (i)	-	132.917	132.917	-	124.999	124.999
Investimento Lei Municipal 8451/2016 (i)	-	338.360	338.360	-	74.376	74.376
Convênio Federal 833080/2016 (i)	-	99.469	99.469	-	100.000	100.000
Convênio Federal 833070/2016 (i)	-	112.253	112.253	-	150.000	150.000
Convênio Federal 833066/2016 (i)	-	199.560	199.560	-	200.000	200.000
Convênio Federal 836920/2016	-	578.330	578.330	-	-	-
Convênio Federal 836919/2016	-	243.447	243.447	-	-	-
Convênio Federal 833060/2016	-	94.711	94.711	-	-	-
Convênio Federal 836491/2016	-	174.560	174.560	-	-	-
Convênio Federal 836490/2016	-	242.688	242.688	-	-	-
Convênio Federal 836921/2016	-	104.194	104.194	-	-	-
Convênio Federal 836644/2016	-	584.331	584.331	-	-	-
Convênio Federal 842183/2016	-	226.877	226.877	-	-	-
Convênio Federal 836488/2016	-	304.626	304.626	-	-	-
Convênio Federal 835135/2016	-	95.527	95.527	-	-	-
Convênio Federal 837571/2016	-	86.383	86.383	-	-	-
Convênio Federal 833076/2016	-	163.075	163.075	-	-	-
Convênio Estadual 548/2016 - Pró Santa Casa LP	-	368.500	368.500	-	-	-
Convênio Estadual 702/2016 LP	-	1.195.652	1.195.652	-	-	-
Convênio Estadual 443/2017	-	100.000	100.000	-	-	-
Convênio Estadual 316/2016 - Pró Santa Casa	-	245.700	245.700	-	-	-
Incremento Teto Mac	67.982	-	67.982	-	-	-
Convênio Estadual 548/2016 - Pró Santa Casa CP	742	-	742	-	-	-
Convênio Estadual 702/2016 - Estruturante CP	2.174.132	-	2.174.132	-	-	-
Recurso Contrato de Gestão projeto a executar	784.264	-	784.264	-	-	-
Recurso Contrato de Gestão Custeio Ame	596.587	-	596.587	-	-	-
Recurso Contrato de Gestão Investimento Ame	2.085	-	2.085	-	-	-
Total	3.625.792	12.555.947	16.181.739	-	8.447.758	8.447.758




16. HONORÁRIOS MÉDICOS

	2017	2016
Pessoa Física	232.262	299.887
Pessoa Jurídica	3.469.382	3.180.981
Total	3.701.644	3.480.868

17. PARTES RELACIONADAS

	2017	2016
Santamed Serviços Médicos	5.158	1.168.235
Total	5.158	1.168.235

18. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Administração da Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento e em fase de defesa. A administração, suportada pela assessoria jurídica, classificou como perda provável o montante abaixo:

	2017	2016
Trabalhistas	10.124.651	6.656.443
Tributárias	2.413.756	2.296.159
Cíveis	2.186.034	2.705.951
Outras	228.738	-
Total	14.953.179	11.658.553

Conforme relatório jurídico há R\$ 39.697.477 de processos informados com classificação de "possível", no ano de 2016 o valor era R\$ 38.071.326

19. PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

Em virtude do deferimento do pedido liminar, a Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca realizou o pagamento do valor correspondente ao PIS através depósitos judiciais. Com o trânsito em julgado do processo número 0000.542.07.2011.403.6113, a Santa Casa de Franca deu início à execução da sentença, efetivando o levantamento dos valores do PIS que estavam à disposição do r. Juízo Federal à título de depósito judicial, após decisão judicial não houve mais realizando de pagamento



20. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

	2017	2016
Subvenções Estaduais (1)	25.372.986	22.862.546
Subvenções Municipais (2)	16.118.714	18.071.254
Subvenções Federais (3)	2.224.829	358.361
Contribuições de Pessoas Físicas e Jurídicas (4)	5.373.344	6.120.018
Total	49.089.873	47.412.179

Item 1

Convênio Estadual n. 548/2016	R\$ 2.334.150
Convênio Estadual n. 702/2016	R\$ 22.717.411
Timemania	R\$ 23.854
Apropriação de Receitas Convênios Estaduais Investimento	R\$ 297.571
Total	R\$ 25.372.986

Item 2

Lei Municipal de Franca nº 8557/2017 - Termo de Colaboração nº077/2017	R\$ 3.000.000
Lei Municipal de Franca nº8602/2017 - Termo de Colaboração nº086/2017	R\$ 3.004.154
Lei Municipal de Franca nº 8490/2017 - Termo de Colaboração nº065/2017	R\$ 1.000.000
Lei Municipal de Franca nº 8503/2017 - Termo de Colaboração nº067/2017	R\$ 1.000.000
Lei Municipal de Rifaina nº1769/2017 - Termo de Colaboração nº003/2017	R\$ 78.000
Lei Municipal de Franca nº 8515/2017 - Termo de Colaboração nº071/2017	R\$ 1.000.000
Lei Municipal de Franca nº8522/2017 - Termo de Colaboração nº072/2017	R\$ 3.000.000
Lei Municipal de Franca nº8343/2015 - Termo de Colaboração nº068/2016	R\$ 3.679.679
Lei Municipal de Franca nº 8451/2016 - Convenio Cooperação Unifacéf 01/2016	R\$ 254.317
Apropriação Receita Realização Investimentos	R\$ 102.564
Total	R\$ 16.118.714

Item3

Incremento Teto MAC	R\$ 1.632.018
Apropriação receita investimentos	R\$ 592.811
Total	R\$ 2.224.829

21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Passivo Circulante	3.625.792	-
Passivo Não Circulante	12.555.947	8.447.758
Total	16.181.739	8.447.758

22. REVERSÃO DE CONTINGENCIAS

O valor R\$ 792.059 é referente a processos que entraram fase de liquidação de sentenças as partes compuseram acordo

23. RECEITA CONTRATO DE GESTÃO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a entidade faturou pelos serviços prestados decorrente contrato de gestão, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2017	2016
Contrato de Gestão (Processo) nº 001.0500.000.065/2014	18.268.324	17.842.452
Contrato de Gestão nº 001.0500.000.022/2017 - Custeio	1.510.822	-
Investimento nº 001.0500.000.022/2017	61.222	-
Total	<u>19.840.368</u>	<u>17.842.452</u>

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Os valores são decorrentes:

	2017	2016
Receita regularização inventário físico	43.737	4.442
Receita de Vendas de Imobilizado	1.500	23.500
Alugueis	103.035	93.833
Receita proveniente baixa Santamed	2.028.235	-
Receita área estudo	2.489.961	1.490.017
Recuperação de despesas	571.179	61.529
Reversão PECLD	85.105	4.095
Reembolso almoço colaborador	230.392	226.636
Receita Rateios	619.472	-
Receita Eventuais	7.949	10.332
Total Receita	<u>6.180.565</u>	<u>1.914.384</u>
Despesa campanhas e eventos	(67.161)	(57.619)
Baixas Imobilizado	(102.816)	(49.803)
Condenações judiciais	(41.163)	(42.761)
Despesas campanha humanização	(47.257)	(48.441)
Despesas eventuais	(6.543)	(6.021)
Multas auto infração	(3.498)	-
Devolução de recursos	(38.323)	(27.019)
Total Despesas	<u>(306.761)</u>	<u>(231.664)</u>
Total	<u>5.873.804</u>	<u>1.682.720</u>






25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Total Receitas Financeiras	839.840	1.405.273
Despesas Financeiras	<u>(5.149.129)</u>	<u>(6.150.241)</u>
Total	<u>(4.309.289)</u>	<u>(4.744.968)</u>

26. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores são decorrentes:

	2017	2016
Reversão depósito judicial PIS	1.922.557	-
Rendimentos sobre depósitos judiciais PIS	619.653	-
Reversão depósitos judiciais processos finalizados	(805.092)	-
Inserção de bens tombamento ano de 2017	1.061.714	-
Contabilização fornecedores anos anteriores	165.143	(143.507)
Reversão contingências anos anteriores	-	1.720.065
Receita referente termo cooperação ACEF	-	237.190
Ação judicial Sabesp	877.424	-
Contabilização fornecedor investimento	-	40.000
Total	<u>3.841.399</u>	<u>1.853.748</u>

27. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 10.598.999 e de R\$ 9.424.453, respectivamente.

28. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre Fopag, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

29. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou e contabilizou em contas de "receitas e despesas", um custo de R\$ 1.848.000 (Em 2016 – R\$ 1.848.000) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.



30. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

32. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834/2016

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade para o exercício de 2017 apurou percentuais de 95,94% de atendimento SUS – internação e de 87,37% de atendimento SUS - ambulatório, conforme demonstrativos abaixo:

Exercício de 2017

Internação

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>Não SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Internação</u>
Janeiro	1.500	52	96,65%
Fevereiro	1.555	74	95,46%
Março	1.727	54	96,97%
Abril	1.538	68	95,77%
Maiο	1.523	70	95,61%
Junho	1.544	57	96,44%
Julho	1.532	64	95,99%
Agosto	1.538	76	95,29%
Setembro	1.671	82	95,32%
Outubro	1.629	67	96,05%
Novembro	1.555	73	95,52%
Dezembro	1.505	59	96,23%
Total Geral	18.817	796	95,94%

Ambulatório

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>Não SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Ambulatório</u>
Janeiro	39.192	6.202	86,34%
Fevereiro	42.570	5.812	87,99%
Março	42.073	6.452	86,70%
Abril	42.445	5.439	88,64%
Maio	44.172	5.914	88,19%
Junho	43.816	5.908	88,12%
Julho	45.051	5.966	88,31%
Agosto	47.672	7.017	87,17%
Setembro	44.267	6.127	87,84%
Outubro	42.250	7.148	85,53%
Novembro	37.327	6.220	85,72%
Dezembro	37.404	5.295	87,60%
Total Geral	508.239	73.500	87,37%

Exercício de 2016

Internação

<u>Competência</u>	<u>SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>Não SUS</u> <u>Quantidade</u>	<u>% SUS</u> <u>Internação</u>
Janeiro	1.376	61	95,76%
Fevereiro	1.401	47	96,75%
Março	1.481	63	95,92%
Abril	1.735	62	96,55%
Maio	1.546	68	95,79%
Junho	1.553	67	95,86%
Julho	1.459	67	95,61%
Agosto	1.495	98	93,85%
Setembro	1.408	76	94,88%
Outubro	1.563	70	95,71%
Novembro	1.417	70	95,29%
Dezembro	1.518	56	96,44%
Total Geral	17.952	805	95,71%

Ambulatório

Competência	SUS	Não SUS	% SUS
	Quantidade	Quantidade	Ambulatório
Janeiro	38.317	6.300	85,88%
Fevereiro	41.095	5.834	87,57%
Março	38.193	6.593	85,28%
Abril	41.787	5.931	87,57%
Mai	37.516	6.319	85,58%
Junho	38.268	6.929	84,67%
Julho	40.248	7.222	84,79%
Agosto	42.989	7.426	85,27%
Setembro	38.219	6.755	84,98%
Outubro	38.273	6.557	85,37%
Novembro	34.030	5.788	85,46%
Dezembro	42.654	5.758	88,11%
Total Geral	471.589	77.412	85,90%

33. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – AME TAQUARITINGA

RELATÓRIO FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – 2º SEMESTRE DE 2017.

METAS – 2º Semestre de 2017			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas - Rede	2.367	2.616	10,52
Interconsultas	308	51	-83,44
Consultas Subsequentes	832	45	-94,59
TOTAL	3.507	2.712	-22,67
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas	492	874	77,64
Interconsultas Não Médicas			
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	467	42	-91,01
TOTAL	959	916	-4,48
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	271	
TOTAL	-	271	
Cirurgias Ambulatoriais	Contratadas	Realizadas	%
CMA	20	3	-85,00
cma	113	26	-76,99
TOTAL	133	29	-78,20




METAS – 2º Semestre de 2017			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
SADT Externo	Contratadas	Realizadas	%
Radiologia (RX, mamografia)	49	43	-12,24
Ultrassonografia	283	220	-22,26
Diagnostico por endoscopia	84	7	-91,67
Métodos diagnósticos em especialidades	218	0	-100,00
TOTAL	634	270	-57,41
SADT Interno	Contratadas	Realizadas	%
Diagnostico em laboratório clínico	-	1.365	-
Diagnostico por anatomia patológica e citopatológica	-	110	-
Radiologia (RX, mamografia)	-	187	-
Ultrassonografia	-	90	-
Diagnostico por endoscopia	-	49	-
Métodos diagnósticos em especialidades	-	3.017	-
TOTAL	-	4.818	-

34. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – AME FRANCA

RELATÓRIO FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – 2º SEMESTRE DE 2017

METAS – 2º Semestre de 2017			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas - Rede	2.367	2.616	10,52
Interconsultas	308	51	-83,44
Consultas Subsequentes	832	45	-94,59
TOTAL	3.507	2.712	-22,67
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas	492	874	77,64
Interconsultas Não Médicas			
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	467	42	-91,01
TOTAL	959	916	-4,48
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	271	
TOTAL	-	271	




METAS 2017			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas – Rede	34.800	31.157	-10,47
Interconsultas	7.800	8.541	9,5
Consultas Subsequentes	42.600	42.545	-0,13
TOTAL	85.200	82.243	-3,47
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas	20.400	21.256	4,2
Interconsultas Não Médicas			
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	15.600	14.968	-4,05
TOTAL	36.000	36.224	0,62
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	3.865	
TOTAL	-	3.865	
Cirurgias Ambulatoriais	Contratadas	Realizadas	%
CMA	3.000	3.091	3,03
Cma	3.120	3.202	2,63
TOTAL	6.120	6.293	2,83
SADT Externo	Contratadas	Realizadas	%
Radiologia (RX, mamografia)	3.120	3.195	2,4
Ultrassonografia	6.000	6.321	5,35
Diagnostico por endoscopia	2.280	2.249	-1,36
Métodos diagnósticos em especialidades	3.000	3.187	6,23
TOTAL	14.400	14.952	3,83
SADT Interno	Contratadas	Realizadas	%
Diagnostico em laboratório clínico	-	102.352	-
Diagnostico por anatomia patológica e citopatológica	-	4.670	-
Radiologia (RX, mamografia)	-	10.365	-
Ultrassonografia	-	7.295	-
Diagnostico por endoscopia	-	1.799	-
Métodos diagnósticos em especialidades	-	46.832	-
TOTAL	-	173.313	-



Relatório Financeiro e de Execução do Contrato de Gestão - 1º SEMESTRE 2017

METAS - 1º SEMESTRE 2017 - AME FRANCA			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas – Rede	17.400	15.244	-12,39
Interconsultas	3.900	4.350	11,54
Consultas Subsequentes	21.300	20.567	-3,44
TOTAL	42.600	40.161	-5,73
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas	10.200	10.545	3,38
Interconsultas Não Médicas			
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	7.800	7.648	-1,95
TOTAL	18.000	18.193	1,07
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	2.325	
TOTAL	-	2.325	
Cirurgias Ambulatoriais	Contratadas	Realizadas	%
CMA	1.500	1.531	2,07
Cma	1.560	1.560	0,00
TOTAL	3.060	3.091	1,01
SADT Externo	Contratadas	Realizadas	%
Radiologia (RX, mamografia)	1.560	1.583	1,47
Ultrassonografia	3.000	3.356	11,87
Diagnostico por endoscopia	1.140	1.115	-2,19
Métodos diagnósticos em especialidades	1.500	1.672	11,47
TOTAL	7.200	7.726	7,31
SADT Interno	Contratadas	Realizadas	%
Diagnostico em laboratório clínico	-	50.423	-
Diagnostico por anatomia patológica e citopatológica	-	2.361	-
Radiologia (RX, mamografia)	-	5.290	-
Ultrassonografia	-	3.624	-
Diagnostico por endoscopia	-	818	-
Métodos diagnósticos em especialidades	-	22.115	-
TOTAL	-	84.631	-

Relatório Financeiro e de Execução do Contrato de Gestão - 2º SEMESTRE 2017

METAS - 2º SEMESTRE 2017 - AME FRANCA			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas – Rede	17.400	15.913	-8,55
Interconsultas	3.900	4.191	7,46
Consultas Subsequentes	21.300	21.978	3,18
TOTAL	42.600	42.082	-1,22
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas	10.200	10.711	5,01
Interconsultas Não Médicas			
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	7.800	7.320	-6,15
TOTAL	18.000	18.031	0,17
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	1.540	
TOTAL	-	1.540	
Cirurgias Ambulatoriais	Contratadas	Realizadas	%
CMA	1.500	1.560	4,00
Cma	1.560	1.642	5,26
TOTAL	3.060	3.202	4,64
SADT Externo	Contratadas	Realizadas	%
Radiologia (RX, mamografia)	1.560	1.612	3,33
Ultrassonografia	3.000	2.965	-1,17
Diagnostico por endoscopia	1.140	1.134	-0,53
Métodos diagnósticos em especialidades	1.500	1.515	1,00
TOTAL	7.200	7.226	0,36
SADT Interno	Contratadas	Realizadas	%
Diagnostico em laboratório clínico	-	51.929	-
Diagnostico por anatomia patológica e citopatológica	-	2.309	-
Radiologia (RX, mamografia)	-	5.075	-
Ultrassonografia	-	3.671	-
Diagnostico por endoscopia	-	981	-
Métodos diagnósticos em especialidades	-	24.717	-
TOTAL	-	88.682	-